

LIDO NO EXPEDIENTE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Praça Des. Edgárd Nogueira, S/N - Centro Cívico
TERESINA - PI - CEP 64000-830 - Fone: (86) 216-7401

Em, 21/05/09

folho Novo

1º Secretário

Ofício nº 518 /2009-GP

Teresina, 20 de maio de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Dep. Themístocles Sampaio Filho
DD. Presidente da Corte Legislativa
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
LOCAL

ASSUNTO: Encaminhando Resoluções nºs 021, 022 e 023/2009 de 30 de abril de 2009, que dispõem acerca de Projetos de Lei Complementar alterando a Lei nº 4.425, de 20 de dezembro de 2004 - Lei do Fundo de Modernização do Poder Judiciário do Piauí-FERMOJUPI.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência as Resoluções nºs 021, 022 e 023/2009 de 30 de abril de 2009, que dispõem acerca de Projetos de Lei Complementar alterando a Lei nº 4.425, de 20 de dezembro de 2004 - Lei do Fundo de Modernização do Poder Judiciário do Piauí-FERMOJUPI. aprovada pelo Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em Sessão Ordinária, de caráter administrativo, realizada no dia 30 de abril do corrente ano, para fins de apreciação dessa Excelsa Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

Certo de contar com o apoio sempre bem recebido dessa Corte Legislativa, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevado apreço, colocando-me sempre à disposição no que for necessário ao bom andamento dos trabalhos do Poder Legislativo Estadual.

RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
PRESIDENTE do TJ-PI

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 21 / 105 / 109

Silvio Nov.
1º Secretário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
Gabinete do Presidente

Resolução nº 21/2009, de 30 de abril de 2009.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Piauí - FERMOJUPI já vinha custeando as despesas com tarifas públicas no Estado;

CONSIDERANDO a importância de fundamentar, expressamente, essa prática na lei respectiva;

CONSIDERANDO que o pagamento em questão se amolda aos fins do FERMOJUPI,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar em Sessão Plenária de caráter administrativo, realizada em 30 de abril de 2009, e encaminhar à Assembléia Legislativa o anexo Projeto de Lei propondo a alteração da Lei n. 5.425, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06 /2009, DE

ABRIL DE 2009

Altera a Lei nº 5.425, de 20 de dezembro de 2004 – Lei do FERMOJUPI e do Selo de Fiscalização e Autenticidade, atribuindo ao FERMOJUPI o custeio das despesas com as tarifas públicas do Poder Judiciário Estadual, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica acrescido o inciso X ao art. 2º da Lei nº 5.425, de 20 de dezembro de 2004, com a seguinte redação.

“Art.2º.....

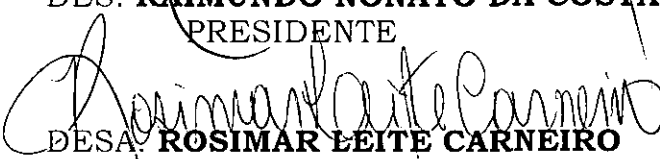
.....

X – o custeio de despesas com tarifas públicas no âmbito do Poder Judiciário Estadual”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina (PI), 30 de abril de 2009.


DES. **RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR**
PRESIDENTE


DESA. **ROSIMAR LEITE CARNEIRO**
CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA


DES. **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**
VICE-PRESIDENTE


DES. **LUÍZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO**


DES. **EDVALDO PEREIRA DE MOURA**


DESA. **EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO PINHEIRO**

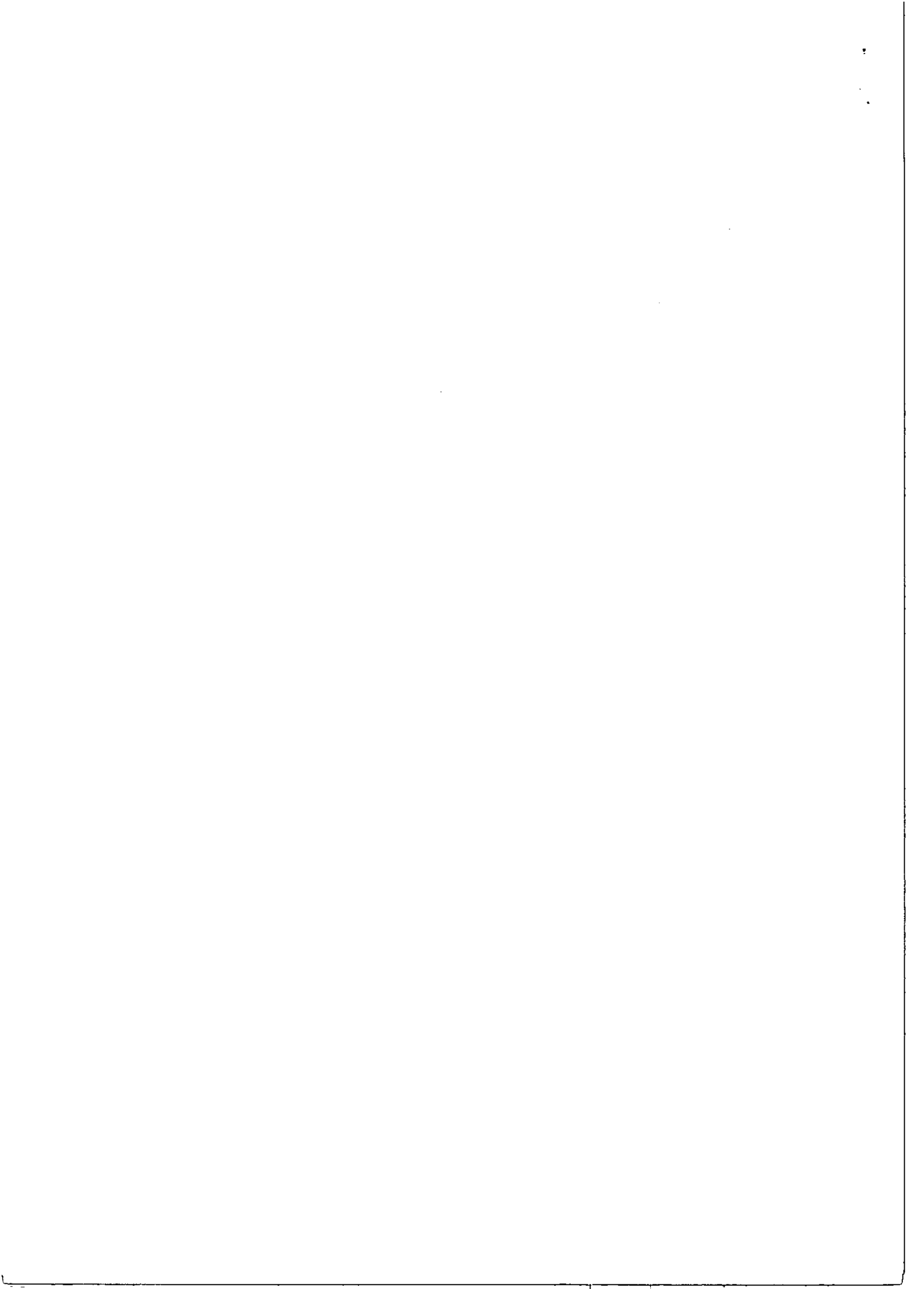

DES. **ANTONIO PERES PARENTE**


DES. **FERNANDO CARVALHO MENDES**


DES. **HAROLDO OLIVEIRA REHEM**


DES. **RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO**


DES. **VALÉRIO NETO CHAVES PINTO**




DES. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

DES. FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM


DES. SEBASTIAO RIBEIRO MARTINS


DES. JOSE JAMES GOMES PEREIRA



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

p: os devidos fins.

em 28/05/09

Elvarg

~~Venâncio de Jesus~~ Roberto
Chefe do Núcleo de ~~Comissões~~ Assessoria

Ao Deputado João Madisen

relator

Em 28/05/09

21
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/09

PROCESSO AL – 1174/09

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PODER JUDICIÁRIO

RELATOR: JOÃO MÁDISON

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição que **Altera a Lei nº 5.425, de 20 de dezembro de 2004 – Lei do FERMOJUPI e do Selo de Fiscalização e Autenticidade, atribuindo ao PERMOJUPI o custeio das despesas com as tarifas públicas do Poder Judiciário estadual, e dá outras providências**”.

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, 62, inciso II e 116 da Constituição Estadual e 96, inciso I alínea “b” da Constituição Federal combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105 do Regimento Interno.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 15 de junho de 2009.**

Dep. **JOÃO MADISON**
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, 30/06/09	
Presidente da Comissão de	
Constituições e	
Justiça	



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Adm. Pública
para os devidos fins.

Em 30/06/09

Elvares

Conselheiro de Ass. Leg. Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Oral
Junior
para ~~relatar~~.

Em 30/06/09

[Signature]
Presidente Comissão de Administração
Pública

APROVADO A UNANIMIDADE
em, <u>30/06/09</u>
<u>[Signature]</u>
Presidente da Comissão de
<u>Adm. Pública</u>

Presidente da Comissão de
em, <u>30/06/09</u>
A UNANIMIDADE

[Signature]
[Signature]

[Signature]

[Signature]
[Signature]



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GAB. DEP. LEAL JÚNIOR

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N 06 /2009

ASSUNTO: Altera a Lei n ° 5.425, de 20 de dezembro de 2004, Lei do FERMOJUPI e do Selo de Fiscalização e autenticidade, atribuindo ao FERMOJUPI o custeio das despesas com as tarifas públicas do Poder Judiciário Estadual e dá outras providências.

AUTOR: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

RELATOR: Dep. Leal Júnior

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que Altera a Lei n ° 5.425, de 20 de dezembro de 2004, Lei do FERMOJUPI e do Selo de Fiscalização e autenticidade, atribuindo ao FERMOJUPI o custeio das despesas com as tarifas públicas do Poder Judiciário Estadual e dá outras providências.

Juntamente com o projeto fora encaminhado justificativa para apresentação do mesmo, aduzindo-se que a alteração pretendida visa adequar a legislação à realidade fática.

O projeto de Lei em questão fora submetido à apreciação da Comissão de Constituição de Justiça, na qual fora aprovada à unanimidade.

Especificamente o Projeto de Lei Complementar em questão visa acrescer o Inciso X ao art. 2º da Lei n ° 5.425/2004, permitindo que se utilize verbas do FERMOJUPI para custeio das despesas com as tarifas públicas do Poder Judiciário Estadual.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA GAB. DEP. LEAL JÚNIOR

O projeto de lei em questão fora encaminhado para esta relatoria.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em questão visa adequar a legislação do FERMOJUPI à realidade fática, ou seja, permitindo que se utilize as verbas do FERMOJUPI para o custeio de despesas relacionadas à tarifas públicas do Poder Judiciário, fato que já vem acontecendo na atualidade.

O projeto de lei em questão, conforme já decidido pela CCJ respeita os preceitos constitucionais, legais e regimentais, estando ainda dentro da competência e discricionariedade do Poder Judiciário, autor do projeto.

DO EXPOSTO, com fulcro no art. 34, II, do Regimento Interno, opinamos no sentido da aprovação do presente projeto de lei.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO PIAUÍ, 30 DE JUNHO DE 2009**


LEAL JÚNIOR

Deputado Estadual